

# O desemprego contemporâneo como elemento da acumulação capitalista e da luta de classes

Mônica Maria Torres de Alencar<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo resgata as elaborações de Marx e Mandel sobre a produção de um excedente de trabalho no capitalismo, considerando-as como centrais para a compreensão do processo de crescimento do desemprego no capitalismo desde as três últimas décadas do século XX. Com base nesses autores, efetua uma análise crítica das perspectivas teóricas e políticas hegemônicas de explicação desse fenômeno. Problematisa o ressurgimento do desemprego em escala mundial, a partir da dinâmica capitalista contemporânea que redimensionou as bases de valorização do capital com fortes impactos sobre os níveis de emprego.

## Palavras-chave

Desemprego; Marxismo; Capitalismo.

## Unemployment as an element of contemporary capitalist accumulation and class struggle

## Abstract

This article presents the elaboration of Marx and Mandel on the production of a surplus of labor in capitalism, considering then as central to understanding the process of growing unemployment in capitalism since the last three decades of the twentieth century. Based on these authors, makes a critical analysis of theoretical perspectives and political hegemonic explanation of this phenomenon. Discusses the emergence of unemployment on a global scale, from the capitalist dynamic contemporary resized the basis of capital growth with a strong impact on employment levels.

## Keywords

Unemployment; Marxism; Capitalism.

## Introdução

A partir das três últimas décadas do século XX e perdurando até o momento atual o desemprego cresceu assustadoramente no mundo inteiro, com substanciais alterações na composição do excedente de força de trabalho. O desemprego, também, passou a se ocultar no trabalho precário que, generalizado, vem atingindo grande magnitude, tornando-se, hoje, uma realidade mundial. Se até o final dos anos 1970, os países capitalistas centrais eram fontes de grande difusão do desemprego aberto no mundo, a partir desse período, não apenas o desemprego aberto, mas as formas disfarçadas de força de trabalho excedente (ocupações precárias e subempregos), tão características dos países de capitalismo periférico, ganham nova importância nesses países.

A par da enorme centralidade que esse fenômeno vem adquirindo no cenário mundial atual, nos marcos da ordem social capitalista, o problema da existência de uma força de trabalho excedente não se constitui propriamente em uma novidade histórica. Embora, muitas vezes, possa ser assim interpretado como, por exemplo, quando há uma recorrência nas interpretações sobre a experiência histórica da chamada “Era de Ouro”, durante a qual, nos países de capitalismo central foi possível o crescimento dos níveis de emprego, dos salários reais e do aumento do consumo. Este período de exceção na história do capitalismo tendeu a obscurecer a expansão ou reposição constante do desemprego como produto da acumulação capitalista.

No debate teórico e político acerca das causas do desemprego do capitalismo contemporâneo tem sobressaído principalmente a tese de que o aumento crescente dos níveis de desemprego decorre do impacto das novas tecnologias. O desemprego estrutural de escala mundial seria consequência natural e inevitável do desenvolvimento tecnológico ou da reestruturação produtiva.

Tal abordagem constitui-se em um determinismo tecnológico que, supondo ser o fenômeno do desemprego uma decorrência direta das inovações tecnológicas, oculta as determinações históricas e sociais relacionadas às tentativas de saída do capital de sua própria crise. Embora haja no mundo contemporâneo uma coincidência entre incremento tecnológico e desemprego estrutural, a perda de postos de trabalho não pode ser considerado uma consequência inevitável do uso da tecnologia.

Coggiola, referindo-se a essa tendência de análise, que atribui o aprofundamento do desemprego predominantemente às mudanças tecnológicas em curso na sociedade, efetua, a nosso ver, uma lúcida análise, argumentando que o reconhecimento das inovações tecnológicas como elemento central para o aumento do desemprego,

(...) significa render-se diante não só do desemprego, mas das transformações estruturais recentes da mais velha e abstrata mistificação ideológica do modo de produção capitalista, o “fetichismo do capital”, ou a aparência da sociedade capitalista, em que as forças produtivas sociais aparecem como forças produtivas do capital (COGGIOLA, 1996, p.123).

Para ele o equívoco dessa abordagem “tributária do fetichismo do capital” deriva de uma apreciação unilateral do trabalho, que opera uma separação abstrata entre trabalho e valorização e, por isso mesmo, não consegue ver que a questão das novas tecnologias deve ser encarada a partir da crise do capitalismo e das saídas por ele articuladas, cuja expressão mais significativa tem sido a superexploração do trabalho. Enfim, para ele,

o atual aumento do desemprego é um processo social, não tecnológico. Vem estimulado pela necessidade capitalista de gerar reservas de desempregados, pressionar em direção do barateamento dos salários, aumentar a taxa de mais-valia e assim restabelecer uma taxa de benefício ascendente de longo prazo. A nova população flutuante, latente e estacionária de homens sem trabalho não é requisito da informática, mas do capital (COGGIOLA, 1996, p.86).

É verdade que a introdução de mudanças tecnológicas, como forma de aumentar a produtividade e a competitividade, reduz o trabalho vivo com impacto na divisão técnica do trabalho, na organização do trabalho, nas qualificações necessárias e na distribuição setorial do emprego. Acreditamos, porém, que embora a inovação tecnológica influencie a qualidade e a quantidade do emprego, não determina *a priori* o seu resultado que, a rigor, é uma escolha social. O resultado pode significar mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego, precariedade e intensificação do trabalho sob a determinação das formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade.

Para Mattoso (2000), igualmente importante é admitir que as relações macroeconômicas, sociais e institucionais mais amplas, nas quais se situam as inovações tecnológicas, são elementos importantes. Atualmente uma gama de elementos é determinante para o acirramento do desemprego e da precarização das relações e condições de trabalho. É preciso considerar os processos de desregulamentação dos mercados e a redução da capacidade regulatória e de gasto do Estado. Sob essas

condições teria se estruturado um novo regime de crescimento, no qual as principais variáveis relacionadas ao emprego (produto, produtividade, tempo de trabalho, demanda e investimento) apresentariam um desempenho medíocre em relação a outros períodos históricos.

Além da visão que trata o fenômeno do desemprego relacionando-o à inevitabilidade das mudanças tecnológicas e produtivas, adensa-se, ainda, a perspectiva que o concebe como resultado dos desequilíbrios ou dos entraves do mercado de trabalho. Neste caso, os altos salários, o custo do trabalho e do emprego, bem como dos níveis de qualificação do trabalhador são os elementos centrais. Nesta concepção, a redução dos encargos do trabalho e a flexibilização dos contratos de trabalho conduziriam a uma elevação do nível do emprego, pois, incentivaria a retomada dos investimentos econômicos. Torna-se hegemônica a idéia de que a capacidade do mercado de trabalho de gerar empregos depende não apenas da expansão econômica, mas, sobretudo, das instituições que regulam o seu funcionamento, bem como das condições de empregabilidade da força de trabalho.

Em síntese, este artigo pretende contestar essas análises e revisitar as elaborações de Marx e Mandel por entender que ainda têm forte potencial explicativo para a compreensão do excedente de trabalho no marco da acumulação capitalista. A tendência do capital em transformar trabalho vivo em trabalho supérfluo, para as necessidades do capital, exige um apurado rigor teórico, capaz de se contrapor as explicações hegemônicas sobre a questão e, ao mesmo tempo, com possibilidades de incorporar na análise os processos históricos contemporâneos que acirram as contradições da ordem do capital.

### **As contribuições de Marx e Mandel acerca do excedente de trabalho no capitalismo**

Em Marx, principalmente em *O Capital*, é possível encontrar importantes formulações acerca da produção progressiva de uma superpopulação relativa como intrínseca ao desenvolvimento capitalista, revelando-se como uma contradição elementar desse modo de produção. As análises de Marx referem-se à dinâmica de expansão e contração de uma superpopulação relativa como elemento da acumulação capitalista. Nesta, os processos de crise estrutural do capital com a tendência da taxa decrescente de mais-valia, a concentração e a centralização de capital, bem como à introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, poupadoras de trabalho vivo, são determinações importantes para o seu desenvolvimento.

Para Marx, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (1988, Vol II, p. 190). Marx descreve, portanto, o processo de acumulação como um processo cíclico, com diferenciais na base tecnológica e, conseqüentemente, nos níveis salariais e de emprego. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, com a centralização do capital e o crescimento da riqueza social modifica-se a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital. A demanda de trabalho cai progressivamente com o crescimento do capital global numa situação em que,

com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. Os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos (MARX, 1988, p. 190).

Marx mostra, portanto, como a existência dessa parcela sobrando da classe trabalhadora está relacionada à dinâmica da acumulação do capital em seu processo de autovalorização. Para aumentar a valorização do capital é necessário incrementar a produtividade do trabalho, o que implica poupar o trabalho vivo, tornando a força de trabalho supérflua às necessidades do capital e desvalorizando-se, assim, o valor da força de trabalho. De fato, essa é uma condição indispensável para a criação da mais-valia relativa e um poderoso meio para subordinar o trabalho no curso do processo de produção, numa clara demonstração de que a luta de classes se origina no processo de produção. Marx, referindo-se à introdução da maquinaria, afirma que:

igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encurtar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia (MARX, 1988, p. 5).

Assim, do ponto de vista do processo de valorização do capital a utilização crescente da maquinaria significa a obtenção de um meio de trabalho que revoluciona o modo de produzir e estabelece novas bases para a valorização do capital. A maquinaria é um meio para aumentar a produção de mais-valia, ou melhor, a mais-valia

relativa, sendo que, o próprio conceito de mais-valia relativa implica uma economia de trabalho necessário, pelo aumento da produtividade, a fim de estender o mais-trabalho (ROSDOLSKY, 2001, p. 205).

Temos, assim, que a introdução de constantes aperfeiçoamentos e de novos métodos de produção possibilita ao capital o aumento dos níveis de produtividade, mediante a diminuição do tempo de trabalho necessário e o aumento do tempo de trabalho excedente, que gera um aumento da taxa de mais-valia.

Se, para Marx, a máquina é uma arma importante para o capital subordinar o trabalho no curso do processo de produção e incrementar a produção de mais-valia relativa é, também, um elemento importante na produção e reprodução do exército industrial de reserva. Por outro lado, contudo, Marx reconhece a funcionalidade desse contingente de trabalhadores excedentes para a acumulação do capital, à medida que mantém disponível às necessidades de valorização do capital uma massa de trabalhadores, que exercem influência na definição dos salários e dos empregos. Marx chama atenção para o que seria a funcionalidade do exército industrial de reserva, enquanto ameaça constante e disciplinadora sobre os trabalhadores, variável que influencia os níveis de salário e elemento determinante na lei da oferta e da procura de trabalho – aspecto esse importante de ser explorado na interpretação do que vem sendo denominado como “trabalho precário”.

A idéia de que o preço da força de trabalho seria regulado pela constituição do exército industrial de reserva deve ser encarada com cuidado, pois Marx não considera uma relação mecânica. Os níveis salariais e de empregos podem ser influenciados por outros fatores, dentre os quais a luta de classes joga um papel determinante na correlação de forças entre o capital e o trabalho. Tem-se, assim, a possibilidade de se considerar os fatores institucionais ou aquilo que o próprio Marx considerava como os elementos histórico-sociais na determinação do valor de compra da força de trabalho. Inclusive, no que diz respeito à determinação do valor da mercadoria força de trabalho, Marx deixa claro o papel dos conflitos entre o capital e o trabalho, ou melhor, da luta de classes na definição desse valor, levando, portanto, em consideração outros componentes dessa relação, para além de condições estritamente objetivas. Vê-se, assim, que Marx analisa o valor da força de trabalho na confluência de fatores sociais e históricos, o que certamente amplia o horizonte de análise da determinação dos níveis do salário e do emprego e das alternativas do capital face às crises econômicas.

Se Marx compreende a produção e reprodução do exército industrial de reserva como um elemento intrínseco da acumulação capitalista, ressalta o seu importante papel na dinâmica da luta de classes, enquanto um elemento que tende a debilitar o

poder de luta e reivindicação dos trabalhadores, enfraquecendo e minando suas formas de organização, constituindo, assim, condições propícias para o capital exercer controle sobre os trabalhadores.

Essa tese de Marx se encontra também presente em elaborações mais recentes do campo marxista, como é o caso de Mandel para quem

O mecanismo inerente ao modo de produção capitalista, que normalmente conserva dentro de limites o aumento no valor e no preço dos salários, é a expansão ou reconstrução do exército industrial de reserva ocasionada pela própria acumulação de capital, isto é, pelo aparecimento inevitável, em períodos de alta salarial, de tentativas no sentido de substituir em grande escala a força de trabalho viva por maquinaria. A queda na taxa média de lucros resultante de um aumento na composição orgânica do capital e dos salários em alta tem o mesmo efeito. Se a taxa de lucros cair abaixo do nível necessário para promover uma contínua acumulação do capital, esta última cederá abruptamente; na depressão resultante a demanda de mercadoria força de trabalho cai com rapidez, e o exército industrial de reserva é reconstruído, detendo dessa maneira o aumento de salários ou provocando a sua queda (MANDEL, 1982, p.106).

Para ele, a expansão ou a gênese de um contingente de trabalhadores excedentes relaciona-se à dinâmica da acumulação do capital, na qual são variáveis centrais, para a expansão ou reconstrução do exército industrial de reserva: o aumento da produtividade do trabalho, com a substituição da força viva de trabalho por maquinaria, o aumento da composição orgânica, ocasionando a tendência da queda da taxa de lucro e os níveis da taxa de mais valia.

Para Mandel, o exército industrial de reserva também conserva a taxa de mais-valia e a taxa de lucros num nível compatível às necessidades de valorização do capital. Isto é:

se a taxa de lucros cair abaixo do nível necessário para promover uma contínua acumulação do capital, esta última cederá abruptamente; na depressão resultante a demanda de mercadoria força de trabalho cai com rapidez, e o exército industrial de reserva é reconstruído, detendo dessa maneira o aumento de salários ou provocando a sua queda (MANDEL, 1982, p. 106).

Todavia, Mandel ressalta que a dinâmica do exército industrial de reserva, além das condições de demanda e oferta no mercado de trabalho, está profundamente

relacionada ao grau de organização, ao potencial de luta e consciência de classe do proletariado. De fato, esse é um elemento determinante para Mandel, e que influencia suas análises sobre o movimento dos salários. Para Mandel, a flutuação do exército industrial de reserva e o nível alcançado pela luta de classes em dado momento são os fatores determinantes na ampliação ou redução das necessidades a serem satisfeitas pelos salários.

Com efeito, analisa o papel desempenhado pelo exército industrial de reserva nas flutuações da taxa de mais-valia e nas taxas de lucro, levando em consideração as condições da luta de classes. Parte, portanto, das determinações gerais do valor da mercadoria força de trabalho para examinar algumas situações históricas que são peculiares ao capitalismo tardio, levando, pois, em consideração a dinâmica da acumulação do capital nesse período histórico.

Para Mandel, os dois fatores mais importantes que podem deter a queda da taxa média de lucros são, por um lado, o barateamento dos elementos do capital constante; de outro, um aumento na taxa de mais-valia, seja através do aumento da exploração do trabalho ou mediante a redução dos salários a um nível inferior ao valor da mercadoria força de trabalho. Assim, para Mandel, se a jornada de trabalho mantiver a mesma duração, a taxa de mais-valia deverá elevar-se nas seguintes condições:

Se a produtividade do trabalho no Departamento II crescer mais rapidamente do que os salários, isto é, se o trabalhador consumir menor porção de uma jornada (constante) de trabalho para produzir o equivalente a seu salário; 2) se um aumento na intensidade do trabalho conduzir ao mesmo resultado, isto é, o trabalhador produzir o equivalente em valor a seu salário em menos horas de trabalho do que antes, de maneira que haja um acréscimo na duração do sobretabalho; 3) se, inalterada a produtividade e intensidade do trabalho (e, a fortiori, com um crescimento na produtividade e intensidade do trabalho), houver uma queda no salário real, isto é, se o equivalente em valor do salário puder mais uma vez ser produzido numa fração menor da jornada de trabalho (Mandel, 1982, p. 103). Mandel observa ainda que o aumento na taxa de mais-valia será ainda mais intenso, caso dois ou mesmo três desses fatores estiverem atuando ao mesmo tempo. E, diante de um aumento da produtividade do trabalho, os salários só terão uma queda diante da expansão do exército industrial de reserva. Por outro lado, se, em longo prazo, mantendo-se constante ou diminuindo o exército industrial de reserva, o efeito sobre o nível dos salários será duplo e contraditório. Poderá, então, ocorrer que o valor da mercadoria força

de trabalho seja reduzido à medida que as mercadorias usualmente necessárias à reprodução da força de trabalho se desvalorizem. No entanto, a elevação do valor da mercadoria força de trabalho poderá ocorrer mediante a incorporação de novas mercadorias ao mínimo necessário à reprodução da força de trabalho.

Assim como Marx, compreende o movimento dos salários como função da acumulação do capital, o que pressupõe considerar que a dinâmica da acumulação capitalista implica na declinação do valor da força de trabalho, visto que, sendo este valor o equivalente ao valor de uma dada quantidade de bens de consumo necessários à reprodução dos trabalhadores, o aumento da produtividade do trabalho opera na sua desvalorização. A acumulação do capital, no entanto, constitui a barreira superior que nenhum aumento no valor ou preço da força de trabalho pode romper no capitalismo. Se o aumento do valor da força de trabalho atinge os níveis ideais de lucratividade do capital, a acumulação de capital é restringida, o desemprego em grande escala reaparece, e os salários são reajustados em um nível compatível com a acumulação de capital.

Torna-se evidente que, para Mandel, as condições da luta de classes têm um papel determinante. E conclui que, embora a determinação do valor da mercadoria força de trabalho no capitalismo seja dada por leis objetivas, a relação de conflito entre o capital e o trabalho, ou seja, a luta de classes é um elemento importante na determinação desse valor.

Nesse caso, não compartilhando de uma compreensão mecânica entre ampliação do desemprego e queda dos salários, enfatiza que o desemprego só tem condições de exercer um efeito imediato sobre a queda dos salários mediante uma correlação de forças desfavoráveis para a classe operária. Sendo assim, mais do que o desemprego por si mesmo, o elemento fundamental na definição do nível do salário é o poder de organização e de luta da classe trabalhadora. Isto tanto é verdade diante da ofensiva do capital que forja o desemprego para minar a solidariedade de classe entre os trabalhadores empregados e desempregados, debilitando a capacidade de luta dos trabalhadores organizados e, ainda, empregados. O desemprego torna-se, pois, uma potente arma política, o elemento que torna a correlação de forças favoráveis para o capital. A análise de Mandel, se, por um lado, situa o papel do exército de reserva na relação de expansão ou contração dos salários e empregos, de outro, chama atenção para sua utilização pelo capital, no sentido de fragilizar a organização dos trabalhadores, atomizando e intimidando o conjunto dos trabalhadores, fazendo valer, portanto, a máxima do capital que é precisamente o aumento da taxa de mais-valia.

1) Diante de um possível enfraquecimento dos sindicatos e intimidação dos trabalhadores até um ponto que mine a solidariedade de classe entre os trabalhadores empregados e desempregados, debilitando o poder de luta e reivindicação dos trabalhadores, o capital pode utilizar a pressão do desemprego para ocasionar uma redução considerável nos salários reais; 2) impedir o retorno dos salários a seu nível anterior mesmo na fase de oscilação ascendente que sucede a uma crise, isto é, reduzir a longo prazo o valor da mercadoria força de trabalho; 3) forçar o preço da mercadoria força de trabalho até um nível abaixo desse valor diminuído, por meio de manipulações, deduções e fraudes de todo tipo; 4) conseguir simultaneamente uma expansão considerável na intensidade social média do trabalho e mesmo tentar, em termos tendenciais, o prolongamento da jornada de trabalho. O resultado de todas essas modificações só pode ser um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia (MANDEL, 1982, p.111).

Em síntese, é possível concluir, apoiando-se em Marx e Mandel que, embora a dinâmica capitalista produza um excedente de trabalho face as suas necessidades, como elemento intrínseco da acumulação, é necessário levar em consideração o papel que a luta de classes cumpre na dinâmica histórica. Procuramos, pois, problematizar o ressurgimento do desemprego em escala mundial, a partir das transformações recentes no capitalismo. Desde a crise da década de 1970, o capital vem recompondo as suas bases de valorização através de uma reorganização de suas bases produtivas, bem como mediante uma nova ofensiva contra o trabalho assalariado.

### **O desemprego no capitalismo contemporâneo**

A produção recente de um contingente de trabalhadores considerados supérfluos, excedentários ou sobrantes deve ser relacionada à dinâmica atual do capitalismo contemporâneo que assumiu expressões diferenciadas, sobretudo, a partir da crise estrutural do capital. Esta, como sabemos, é evidenciada mais fortemente, no início da década de 1970, desencadeando profundas alterações nas bases econômicas, sociais e políticas do capitalismo.

O ressurgimento atual do desemprego enquanto um fenômeno crônico e global é apenas a ponta de um *iceberg*. Na realidade, o desemprego é a expressão de um processo muito mais amplo no campo do embate entre o capital e o trabalho, sendo, pois, a expressão de ofensiva do capital contra o trabalho, que tem se constituído nos últimos trinta anos. Não se pode deixar de considerar que as bases desse pro-

cesso estão profundamente relacionadas à dinâmica histórica do capitalismo que se consolidou principalmente nos anos que se seguiram à segunda-guerra mundial. As contradições gestadas ao longo desse período histórico tornaram-se evidentes com a crise estrutural do capital no início da década de 1970, bem como mediante as respostas articuladas pelo capital a sua própria crise.

O aprofundamento do desemprego nas últimas décadas do século passado ocorreu em um momento de crise do capital. Nesse contexto, de limite à expansão do capital e de acirramento da luta de classes, o capital procurou restabelecer a sua hegemonia econômica e política articulando uma saída que necessariamente vem passando pela desvalorização e superexploração do trabalho.

Em decorrência das contradições gestadas no marco do capitalismo tardio, constituiu-se, portanto, uma crise estrutural do modo de produção capitalista que se caracterizou ao mesmo tempo pelo desenvolvimento maciço das forças produtivas e pela total incapacidade de generalizar as vastas potencialidades desse desenvolvimento. Na verdade, as forças produtivas transformaram-se em forças de desperdício e destruição não apenas das forças materiais, mas também das forças produtivas humanas. A expansão das lutas sindicais, a elevação dos salários e a diminuição da produtividade com repercussões sobre os lucros e a taxa de mais-valia já seriam, na verdade, conseqüências da perda de dinamismo e de debilitação dos fatores responsáveis pelo crescimento no pós-guerra.

Diante das contradições da crise estrutural do capital na década de 1970, determinadas pelo conjunto de contradições potencializadas no marco das condições instauradas nos anos precedentes, foi articulado um conjunto de respostas que re-dimensionou as bases de valorização do capital com fortes impactos sobre os níveis de emprego. É importante salientar que essa nova ofensiva do capital foi determinada não apenas pelas determinações tecnológicas, mas também por determinações políticas sendo, portanto, o resultado sócio-histórico da luta de classes, ou seja, do amadurecimento das contradições geradas ao longo do processo de internacionalização das relações capitalistas de produção no período histórico que vai de 1945 à 1968/1970, envolvendo elementos econômicos e sócio-políticos.

Nesse caso, as respostas efetuadas pelo capital em relação à crise tiveram uma clara dimensão de classe, à medida que o capital objetivava, além da retomada das taxas de lucro, fragilizar a organização dos trabalhadores, visando à retomada do controle sobre os trabalhadores. As manifestações oriundas do movimento operário e sindical no final da década de 1960 e no início dos anos 1970 “anunciavam os limites históricos do compromisso fordista” (BIHR, 1999).

Mandel (1990), referindo-se à situação do movimento operário diante das crises do capital, ressalta que invariavelmente toda crise de superprodução gera uma ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado. Nesse caso, o desemprego torna-se uma importante arma contra os trabalhadores, tendendo a intimidar e enfraquecer o movimento dos trabalhadores e forçando-o a aceitar às imposições do capital, que aponta para a redução ou estagnação dos salários, para o aumento da intensidade nos ritmos de produção, além de perdas significativas em termos de condições de trabalho e direitos sociais. A reconstituição do exército industrial de reserva se torna um elemento da política econômica pronta a favorecer o capital. Dentre os meios de reconstrução do exército industrial de reserva nos marcos do capitalismo contemporâneo, situa-se a transferência do capital para regiões com excesso de força de trabalho, com a restrição de investimentos nos seus países de origem; e, ainda, a generalização das inovações tecnológicas tornando cada vez mais supérfluo o trabalho vivo, ao tempo em que se desenvolvem estratégias que intensificam o trabalho daqueles que estão inseridos – sejam estes trabalhadores que ingressam “central” ou “periféricamente” no processo produtivo.

Considerando o contexto mais amplo da dinâmica do capitalismo contemporâneo, observa-se que este passou a ser marcado pela hegemonia do capital financeiro especulativo, pelo aprofundamento dos processos de concentração e centralização do capital, por novos padrões de concorrência intercapitalista e pela reorganização da divisão internacional do trabalho. O inchaço do capital financeiro após a crise dos anos 1970 torna-se uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo, o que levou inclusive alguns autores, Chesnais (1996; 1998), por exemplo, a vislumbrarem a inauguração de um novo regime de acumulação, caracterizado pela dominância financeira. Chesnais utiliza o termo “mundialização do capital” para se referir a atual fase do processo de acumulação do capital, na qual predomina o comando do capital financeiro.

Para Braga (1997) a financeirização é o “padrão sistêmico de riqueza” que se originou anos 1960 e difundiu-se nas últimas décadas no mundo inteiro. Segundo este autor, este fenômeno torna-se evidente no maior crescimento das operações cambiais comparadas às transações no comércio internacional e na maior taxa de crescimento da riqueza do que do produto e do estoque de capital. A participação dos ganhos financeiros, nos rendimentos totais das corporações, tornou-se predominante, estabelecendo uma dinâmica em que a repartição e a destinação social da riqueza do mundo são comandadas pela esfera financeira.

Para Tauille e Faria (1999), a permanência do capital na forma dinheiro tem sido um fenômeno crescente desde os anos 1970, atestado pela onda de generalização das aplicações financeiras internacionalizadas, e estão relacionadas à dinâmica econômica associada à fase do ciclo de acumulação em curso. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação, permitindo um grau de interligação entre os mercados financeiros e bolsas de valores, exacerbaram ainda mais essa tendência atual do capitalismo. Tal situação tem repercussões no processo de reprodução ampliada, à medida que introduz novas condições no circuito de rotação do capital, no qual ele assume as formas de capital dinheiro, de capital produtivo e de capital mercadoria, como condição necessária e permanente para a realização da produção de valor excedente.

Dada a especulação financeira, há uma grande tendência de permanência do capital na forma dinheiro. Essa condição promove a destruição do capital real, produtivo, acarretando o desaparecimento de unidades inteiras de produção, levando, por conseqüência, ao desemprego. Articula-se uma lógica determinada pela crescente importância dos fluxos financeiros em detrimento dos fluxos de bens e serviços. Tal processo evidencia-se claramente no abandono das políticas econômicas voltadas para o crescimento econômico, na geração de empregos e no investimento na esfera produtiva.

Chesnais (1996; 1998), por sua vez, também chama a atenção para a instalação de uma pronunciada atonia ou estagnação da produção industrial, tanto no que se refere ao setor fabril, quanto no setor de serviços, mediante a diminuição do investimento na ampliação da capacidade produtiva. A direção do investimento passa a se dar no plano financeiro e patrimonial, via os processos de fusões e de privatizações e numa aceleração brutal da circulação mundial de capitais especulativos. Por outro lado, a hipertrofia do capital financeiro tem conduzido o mundo a polarizações sociais agudas e crescentes, ao lado do acirramento da concorrência e da anarquia do comércio mundial. O fato é que a expansão do capital financeiro passa a ser uma necessidade imposta pela busca da autovalorização do capital. Tal processo não impede, todavia, que essa ascensão seja seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do trabalho, nem que para isso seja preciso recorrer à combinação de formas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa.

Sob a mundialização do capital há uma expansão quase ilimitada do “fetichismo da mercadoria” à medida que o caráter fictício das relações capitalistas multiplicou-se com o ressurgimento das operações do capital que conserva a

forma monetária e se valoriza por punções sobre os rendimentos da produção do valor e de mais-valia, sem sair da esfera financeira. Nesse processo o capital procura se valorizar sem passar pela produção de mercadorias, constituindo-se como capitalismo parasitário e rentista.

Finalmente, é preciso também aferir que, a nova divisão internacional do trabalho caracteriza-se por novos padrões de concorrência, sob os imperativos da desregulamentação da economia, sobretudo dos mercados financeiros. A recomendação dos liberal-conservadores passou a estar centrada na desregulação econômica e financeira, pautada na forte convicção de que seria importante submeter as empresas à concorrência global, eliminando os resquícios do protecionismo ou quaisquer políticas deliberadas de proteção e de incentivo; na desregulamentação dos mercados domésticos para as operações financeiras, pressupondo-se a eliminação das barreiras à entrada e saída de capital-dinheiro (BELLUZO, 2002).

Na verdade, o processo atual em curso exacerba as desigualdades de desenvolvimento da economia mundial, processo esse que teve suas bases aprofundadas no período do boom econômico, tornado possível após a segunda guerra mundial. Tal tendência pode ser evidenciada no fato de que as condições necessárias para adaptar-se aos novos ritmos de produção do trabalho e de se manter competitivo restringe-se, cada vez mais, aos países de capitalismo central. Torna-se predominante a tendência de polarização internacional criando um fosso quase intransponível entre os países situados no ângulo do oligopólio mundial e os países da periferia.

Chesnais chama ainda atenção para o caráter de unidade diferenciada e hierarquizada da economia mundial, nas quais predominam relações de rivalidade, de dominação e de dependência política entre Estados. Assim, embora a pretensão do capital rentista de dominar o movimento do capital na sua totalidade não elimine a existência dos Estados nacionais, os processos em curso acentuam os fatores de assimetria e hierarquização entre países, redesenhando a sua configuração.

Neste contexto de estímulo à competitividade e de concorrência desreguladas, o capital estabeleceu estratégias na direção da constituição de um novo padrão industrial, tecnológico e de organização do trabalho. O objetivo principal passou a ser a racionalização da produção com o cuidado da máxima redução de custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos da instabilidade dos mercados.

Todavia, não se pode menosprezar o fato de que, nas novas estratégias empreendidas pelo capital, situa-se a necessidade de alteração na correlação de forças entre o capital e trabalho. A reorganização produtiva tem um claro caráter de classe, ao promover uma verdadeira ofensiva do capital na produção e contra o trabalho. A

direção dessa ofensiva do capital resultou na introdução de novas tecnologias micro-eletrônicas e de novos padrões produtivos e organizacionais no âmbito da indústria e no setor de serviços, alterando o âmbito do processo produtivo e conformando novas condições para o mundo do trabalho.

No conjunto, observa-se que as empresas passaram a se organizar de maneira mais flexível, implicando a reorganização produtiva, a alteração dos processos de trabalho e, em decorrência, nas relações de trabalho. A saída capitalista para a crise deu-se mediante novas formas de exploração e de dominação do trabalho, consubstanciadas nas novas formas de contratação, de organização do processo de trabalho, de mobilização e disciplina da força de trabalho.

Com a crise do padrão de acumulação do pós-guerra e a emergência de um novo padrão produtivo e econômico, sob a hegemonia do capital financeiro, pôe-se em xeque o papel desempenhado pelo Estado na redistribuição dos ganhos de produtividade e na fixação e garantia dos mecanismos institucionais e políticos que regulavam a economia, o mercado de trabalho e, no plano mais geral, as relações entre o capital e o trabalho.

Neste sentido, as políticas voltadas para o pleno emprego, o Estado de bem-estar, a distribuição de renda, o consumo de massas e a perspectiva de integração social via a disseminação do trabalho assalariado protegido tornam-se coisas do passado. Passou a prevalecer as políticas restritivas ao crescimento econômico, voltadas para o controle inflacionário, o equilíbrio fiscal e a estabilidade financeira. Neste caso, tornou-se central nestas políticas a disciplina orçamentária, implicando a contenção dos gastos com o bem-estar, bem como se passou a considerar como bem aceitável a restauração da taxa “natural” de desemprego, como forma inclusive de quebrar o poder “excessivo e nefasto” dos sindicatos. Como parte da mesma política tornou-se imperativo a desestatização da economia, sob a perspectiva que tenta fazer crer que o esvaziamento do Estado é o melhor caminho para o desenvolvimento econômico.

Para Dedecca (1996), a configuração de novos patamares de desemprego ao nível mundial, tendo como contexto a racionalização da economia capitalista, difere em muito do desemprego manifestado em outros momentos históricos do capitalismo. O desemprego disseminado durante a grave crise dos anos de 1930, por exemplo, além de ter se caracterizado por ser formado por trabalhadores industriais, se situou no quadro de desenvolvimento relativamente limitado do capitalismo, quando ainda se podia esperar que uma nova fase de crescimento econômico fosse capaz de reabsorver essa população excedente. De fato, a fase de desenvolvimento que se consolidou após a segunda-guerra mundial tornou possível uma ampla incorporação da força de trabalho disponível.

Quanto ao desemprego atual, esse é constituído também de um imenso contingente que nunca foi incorporado ao mercado de trabalho, quando muito o foi de forma precária. O desemprego dos dias de hoje difere por seu caráter heterogêneo tornado visível no desemprego aberto e o de longa duração, sua face mais visível, mas que apenas limitadamente é capaz de exprimir a realidade do crescente fenômeno da desocupação. O desemprego oculto permite, no entanto, uma melhor compreensão deste fenômeno, à medida que pode ser relacionado à subutilização da capacidade de trabalho, configurada como consequência do processo de racionalização produtiva com o predomínio da externalização das atividades.

A atual dinâmica do capitalismo mundial estrutura um conjunto de condições econômicas e políticas que aprofunda cada vez mais a tendência de desvalorização da força de trabalho à medida que potencializa as condições estruturais e políticas para a exploração da classe trabalhadora. A lógica da transnacionalização e financeirização da economia, do desenvolvimento científico e tecnológico, das transformações nas relações e condições do trabalho cria o cenário propício para o aprofundamento do desemprego.

O novo desenvolvimento do capitalismo mundial confere um novo sentido à categoria de população “excedente”, à medida que não possui mais a capacidade de absorver o contingente de trabalhadores que está à procura de empregos. Alves (2000) tem razão quando afirma que ocorre uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) da categoria “população trabalhadora excedente”. Isto é, o que durante a grande indústria poderia ser considerado “trabalhadores assalariados excedentes” converte-se no atual momento histórico em “população trabalhadora excluída”. As imensas massas de desempregados, incluindo o chamado subproletariado tardio, representam os novos excluídos da “nova ordem capitalista”. Alves considera esta parcela da classe trabalhadora tão importante para a nova ordem do capital, quanto o próprio desemprego estrutural.

Para Mészáros (2002), a questão do desemprego não se limita mais apenas à existência de um “exército de reserva”, com a possibilidade de ser ativado nos momentos de ascensão econômica do sistema. Para esse autor, o desemprego assumiu um caráter crônico e global e, por isso mesmo, tornou-se uma força potencialmente explosiva denotando um limite absoluto do capital.

(...) como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o **tempo de trabalho necessário** a um valor mínimo que otimize o lucro – como

uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa **força de trabalho crescentemente supérflua** (grifos do autor) (MÉSZÁROS, 2002, p. 341).

Para este autor está-se diante de um ataque em duas frentes à classe operária em todo o mundo que se revela no desemprego crônico em todos os campos de atividade, disfarçados como práticas trabalhistas flexíveis, eufemismo para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial. E, este processo, também se revela numa redução significativa do padrão de vida até mesmo dos trabalhadores em ocupações de tempo integral. No entanto, o reconhecimento da existência dessa população sobrando, redundante para as requisições do capital está longe de poder ser considerada supérflua como consumidoras que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autovalorização do capital. Para ele, essa força de trabalho supérflua continua mais necessária do que nunca para possibilitar a reprodução ampliada do capital.

Para este autor o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual. Crise esta que assume cada vez mais **“a representação de um continuum depress, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda”** (MÉSZÁROS, 1989, p.99, grifos do autor).

Sendo este sistema uma poderosa estrutura totalizadora de controle à qual tudo deve se ajustar e no capitalismo contemporâneo essa tendência assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva, cuja máxima expressão atual está determinada pelo que Mézárós denomina de “taxa de utilização decrescente” do valor de uso das coisas. Esta afeta negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo, os bens e serviços, as instalações e maquinaria e a própria força de trabalho. A taxa de uso decrescente se manifesta: na obsolescência planejada em relação aos bens de consumo duráveis produzidos em massa; na substituição, no abandono ou aniquilamento deliberado de bens e serviços; no crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova; e na subutilização crônica de instalações e maquinário.

Quanto à força de trabalho, a tendência de utilização decrescente relativa à do trabalho socialmente disponível constitui-se, para Mézárós, a contradição mais explosiva do capital. Na verdade, para esse autor, está-se diante de uma “contra-

dição antagonista e literalmente explosiva”, qual seja, por um lado o capital necessita crescentemente de consumidores de massa, de outro tem uma necessidade sempre menor de trabalho vivo. Mas, ocorre que o trabalho não é apenas “fator de produção”, mas também o “consumidor de massa”, constituindo-se, pois, numa identidade estrutural que está na base da economia capitalista, conferindo ao trabalho uma objetiva posição estratégica no sistema. Esta tendência estrutural não pode ser resolvida através de fatores e medidas conjunturais. A moderna teoria econômica burguesa, buscando reduzir o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante, inventa o consumidor e o produtor, este último, o capitalista, legitimando a mais anti-social e desumanizante tendência do capital para a eliminação brutal do trabalho vivo do processo de trabalho.

Por outro lado, o capital pode criar a ilusão da integração permanente do trabalho. Através das chamadas políticas de consenso pode manter esta tendência em estado de latência, ao mesmo tempo em que enseja saídas para a expansão do capital. Nesse caso, as graves contradições do sistema são vistas como meras disfunções temporárias, de caráter tecnológico. Todavia, quando as potencialidades das profundas contradições estruturais do capitalismo não conseguem ser contidas ocorre a expulsão do trabalho vivo do processo de produção, mesmo nos países capitalistas avançados.

## Conclusão

Se Marx na sua análise da superpopulação relativa excedente e exército industrial de reserva, refere-se a uma população sobrando às requisições da dinâmica capitalista, no momento histórico do capitalismo do período analisado por Marx, ainda se colocava a perspectiva de inserção desses contingentes de trabalhadores no momento de recuperação do ciclo econômico. A lógica atual do capitalismo é a de expulsar o trabalho vivo do processo de trabalho como estratégia de valorização do capital. Nesse caso, reproduz-se hoje, na lógica estrutural do capital, uma massa de trabalhadores que, de fato, torna-se excluída do processo de trabalho, tendo pouca ou quase nenhuma chance de inserir-se novamente no circuito do grande capital, restando-lhes apenas as ocupações contingentes.

Se a produção progressiva de uma superpopulação relativa não se configura como algo episódico na história do capitalismo, como já foi posto por Marx, a novidade histórica é que a dinâmica de acumulação do capital repõe, hoje, em escala ampliada, a tendência intrínseca e contraditória do processo de acumulação do capital de produzir uma parcela de força de trabalho sobrando, emprestando um novo significado ao exército de reserva de trabalhadores.

O desemprego contemporâneo, de escala planetária, relaciona-se à nova dinâmica do capital para a superação de sua própria crise, inscrevendo-se ainda numa dinâmica que tenta repor, em novos patamares, a dominação do capital sobre o trabalho. O desemprego e a precarização do trabalho tornam-se uma arma contra os trabalhadores, com o sentido de debilitar seu potencial de classe. O objetivo é propiciar as bases favoráveis à valorização do capital, assegurando as condições favoráveis para a recomposição da mais-valia. Nesse caso, ainda é possível reconhecer a funcionalidade de uma população trabalhadora excedente nas novas estratégias de dominação do capital, sob as novas configurações históricas que remodelam o cenário do capitalismo.

Essa dinâmica conduziu à alteração dos padrões de concorrência capitalista que tem levado o capital à elevação dos níveis de competitividade e produtividade, a reestruturação produtiva e ajustes macroeconômicos e a hegemonia do capital financeiro. Some-se ainda a ruptura do compromisso com o pleno emprego e com um padrão de regulação social do trabalho, cujo desdobramento tem sido o sistemático ataque às conquistas históricas dos trabalhadores no que diz respeito aos padrões de uso, consumo e remuneração da força de trabalho, sob os princípios econômicos e políticos do neoliberalismo.

A ameaça do desemprego torna-se uma arma poderosa contra os trabalhadores que, sob o risco de engrossar as fileiras do exército de reserva, submete-se aos imperativos das políticas econômicas de reconstrução do desemprego e precarização do mercado de trabalho. Nesse sentido, ainda, é possível reconhecer a funcionalidade de uma população trabalhadora excedente nas novas estratégias de dominação do capital, sob as novas configurações históricas que remodelam o cenário do capitalismo, ainda que o sentido dessa população excedente no capitalismo atual guarde novas particularidades.

Nesse sentido, avalia-se que o desemprego atual é um importante elemento para propiciar as condições ideais ao processo de valorização do capital na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, sob a hegemonia do capital financeiro. Tornou-se, pois, uma importante arma, na recuperação das taxas de mais-valia, permitindo, ainda, ao capital restabelecer o domínio político do capital sobre o trabalho através de uma ofensiva generalizada contra o sindicalismo organizado.

Para empreender uma análise da particularidade histórico-social de reposição do desemprego no marco do capitalismo contemporâneo, é necessário se ater ao processo de reestruturação do perfil do capital em seu processo de valorização, bem como ao contexto da luta de classes. Se, por um lado o desemprego não se

constitui em nenhuma novidade histórica, sendo, na realidade, como as análises desses autores indicam um elemento intrínseco ao desenvolvimento capitalista, por outro lado é preciso compreendê-lo em suas novas determinações históricas, situando-o no marco das transformações recentes da dinâmica da acumulação capitalista e da luta de classes.

## Referências

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2000.

BIHR, Alan. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BELLUZZO, L. G. *Prefácio*. In: CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

BRAGA, J. C. S. *Financeirização global* – O padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes: 1997.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. *Introdução Geral*. In: CHESNAIS, F. (org.) *A mundialização financeira: gênero, custos e riscos*. São Paulo: Xamã: 1998.

COGGIOLA, Oswaldo e KATZ, C. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã: 1996.

DEDECCA, C. S. *Desregulamentação e desemprego no capitalismo avançado*. In: São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade, 10 (1), jan-mar, 1996.

\_\_\_\_\_. *Anos 90: a estabilidade com desigualdade*. In: PRONI, Weishaupt, M. e Henrique, Wilnês (orgs). *Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. De 1843 até a redação de *O capital*. Rio de Janeiro, Zahar: 1980.

\_\_\_\_\_. *El Capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno editores: 1998.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

\_\_\_\_\_. *A crise do capital*. Campinas: UNICAMP/Ensaio, 1990.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. vol. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (3.ed.).

\_\_\_\_\_. *O salário, o preço e o lucro*. São Paulo: Global, 1980.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. *Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa*. In: São Paulo em perspectiva. Revista da Fundação Seade, 14(3): 2000.

MÉSZAROS, Istvan. *Produção destrutiva e Estado capitalista*, Cadernos Ensaio, 1989.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: UNICAMP, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

TAUILLE, J. R. *Para (re) construir o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. e FARIA, L. *As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx*. Revista de Economia Política. São Paulo, vol. 19, n. 1, jan.-mar. de 1999.

## Notas

- 1 Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Pesquisadora do Centro de Estudos Octávio Ianni (FSS-Uerj) e do Observatório do Trabalho no Brasil (FSS-Uerj). contato: monicatalencar@hotmail.com.

Submetido em abril de 2011, aceito em maio de 2011.

